



Eixo 1 - Não deixar ninguém para trás

Modalidade: resumo expandido

Desenho Universal em Biblioteca

Universal Design in Library

Robson de Paula Araujo – Universidade de São Paulo (USP)

Rogério Ferreira Marques – Universidad Francisco de Paula Santander (UFPS)

Rafael de Paula Araujo – Centro Paula Souza (CPS)

Ednilson Medeiros de Brito Filho – Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

Zayr Claudio Gomes da Silva – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Resumo: Desde a década de 1960, as questões relacionadas à acessibilidade têm recebido mais atenção e, atualmente, além da acessibilidade para pessoas com deficiência, discute-se, também, a importância do acesso e de condições para permanência de todos os indivíduos nos locais públicos e coletivos. O desenho universal vislumbra a possibilidade de que projetos de construção e reforma de espaços públicos e coletivos busquem atender a todos os tipos de indivíduos. Assim, este trabalho verificou a aplicabilidade da legislação e de normas pertinentes em uma Biblioteca após reforma. Verificou-se que, infelizmente, alguns itens ainda não foram atendidos com a revitalização do espaço desta Biblioteca.

Palavras-chave: Biblioteca. Desenho Universal. Acessibilidade. NBR 9050:2020.

Abstract: Since the 1960s, issues related to accessibility have received more attention and, currently, in addition to accessibility for people with disabilities, the importance of access and conditions for all individuals to remain in public places and collectives. Universal design envisions the possibility that construction and renovation projects for public and collective spaces seek to serve all types of individuals. Thus, this work verified the applicability of relevant legislation and standards in a Library after renovation. It was found that, unfortunately, some items have not yet been addressed with the revitalization of this Library space.

Keywords: Library. Universal Design. Accessibility. NBR 9050:2020.





1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, as questões relacionadas à acessibilidade têm recebido mais atenção de estudiosos e de pesquisadores, além da comunidade de pessoas com deficiência. Estas ações resultaram em discussões na sociedade em geral, que culminaram com publicações de normas e legislações visando à garantia do direito de todos poderem acessar locais, produtos e serviços em condições de igualdade de oportunidades (Gabrilli, 2007; Universidade Federal de Santa Catarina, 2021).

Atualmente, além da acessibilidade para pessoas com deficiência, discute-se, também, a importância do acesso e de condições para permanência de todos os indivíduos em diversos locais públicos e coletivos (SILVA; BORTOLIN, 2016). Para isso, indica-se consultara comunidade para manifestação de suas necessidades, além do atendimento às determinações legais. Dessa maneira, o desenho universal vislumbra a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021, p. 4). Além das pessoas com deficiência, crianças, idosos, gestantes, obesos dentre outros possuem necessidades específicas, que devem ser atendidas na elaboração de projetos de produtos e de serviços, bem como de espaços físicos (Brasil, 2000; Gabrilli, 2016; Silva; Bortolin, 2016; Universidade Federal de Santa Catarina, 2021).

Assim, este trabalho visa apresentar conceitos do desenho universal e avaliar, superficialmente, baseando-se em normas e legislação sobre o tema, a aplicação desta metodologia em uma biblioteca universitária recém revitalizada (reformada). A realização desta breve análise justifica-se para demonstrar a necessidade e as vantagens da aplicação do desenho universal na elaboração e construção de produtos, serviços e espaços. Pois, há “a problemática acerca de sua aplicação, que ocorre muitas vezes, como forma de adaptar espaços já projetados, não como diretriz de projeto” (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021). Ressalte-se, a obrigatoriedade para aplicação do desenho universal, conforme a Lei n. 10.098/2000 (Brasil, 2000) e que este conceito é um facilitador para a eliminação de diversos tipos de barreiras na origem da elaboração de produtos, serviços e obras arquitetônicas (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021).



2 METODOLOGIA

Caracterizando-se como pesquisa de abordagem qualitativa, com objetivos de pesquisa exploratória e de natureza de pesquisa aplicada, este trabalho utilizou-se de procedimentos de pesquisa bibliográfica e de observação local. A partir de levantamento bibliográfico em artigos referente à acessibilidade de pessoas com deficiência, buscou-se maior aprofundamento na temática consultando-se a legislação e normas pertinentes. Destaque-se a Lei n. 10.098/2000 (Brasil, 2000) e as NBR 9050:2020 (Brasil, 2021) e NBR 14718:2001 (Brasil, 2001a). Com conhecimento das diretrizes legais realizou-se uma breve avaliação do novo espaço de uma biblioteca universitária identificando-se, infelizmente, a não aplicação de algumas determinações legais nas novas instalações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, relata-se o resultado da comparação de algumas determinações contidas na NBR 9050:2020 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021) e NBR 14718:2001 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2001a) com as instalações encontradas na Biblioteca.

Na NBR 9050/2020 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021), o item “14.3.3 Mobiliários na rota acessível” indica que a passagem da rota deve estar livre de obstáculos. Infelizmente, de acordo com a Figura 1, o projeto arquitetônico não está de acordo com a normalização. Sobre o piso tátil encontram-se mobiliário (balcão de atendimento), além da fiação do portão eletromagnético.

Figura 1 – Rota acessível obstruída por mobiliário



Fonte: Arquivo pessoal.



Descrição: Fotografia de piso tátil azul sobre piso acinzentado, com mobiliário branco à esquerda e fiação, de portal eletromagnético cinza à direita na imagem, sobre piso tátil.

Referente as condições de informação e sinalização para garantia de adequada orientação aos usuários observou-se que as dependências da Biblioteca disponibilizavam somente sinalização de instrução. Esta sinalização indica as rotas de fuga ou situações de risco. Os sinais de localização e de advertência, assim como a sinalização de pavimento, que deve encontrar-se “junto a escadas fixas e rampas deve ser visual, em relevo e em Braille”, ainda não estão disponíveis nas escadas da Biblioteca.

O item 5.4.4.2 Degraus de escadas (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021) estabelece que a sinalização visual dos degraus de escada deve ser:

- a) aplicada aos pisos e espelhos em suas bordas laterais e/ou nas projeções dos corrimãos, contrastante com o piso adjacente, preferencialmente fotoluminescente ou retroiluminado, conforme as opções demonstradas na Figura 65;
- b) igual ou maior que a projeção dos corrimãos laterais, e com no mínimo 7 cm de comprimento e 3 cm de largura;
- c) fotoluminescente ou retroiluminada, quando se tratar de saídas de emergência e/ou rota de fuga.

NOTA Recomenda-se estender a sinalização no comprimento total dos degraus com elementos que incorporem também características antiderrapantes.

Conforme observa-se na Figura 2, infelizmente, as escadas da Biblioteca não atendem as determinações da NBR 9050:2020 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021):

Figura 2 – Escada sem sinalização de segurança



Fonte: Arquivo pessoal.

Descrição: Fotografia de escadaria cinza escuro com três lances de escada com oito degraus cada, guarnecida por corrimão em ambos os lados. Escadaria vista de baixo para cima, sem sinalização e segurança nos degraus, tendo ao fundo paisagem composta por árvores.



A rota acessível deve ser “um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021). Complementa-se, ainda, que nas “rotas acessíveis, as grelhas e juntas de dilatação devem estar fora do fluxo principal de circulação” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021). De acordo com a Figura 3, o projeto de reforma da Biblioteca não atendeu às especificações da NBR 9050:2020 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021).

Figura 3 – Rotas acessíveis obstruídas por grelhas e vaso de planta



Fonte: Arquivo pessoal.

Descrição: Fotografias de rotas acessíveis com piso tátil amarelo sobre concreto cinza e vasos de plantas azuis à direita do piso tátil. Na fotografia à esquerda, o piso tátil é dividido por grelha de escoamento de água. Na fotografia à direita, o piso tátil também é dividido por grelha, além dos vasos de plantas estarem muito próximos do piso tátil.

A rampa de acesso à Biblioteca destaca-se pela estética (Figura 4). Apesar de atender aos preceitos da NBR 9077:2001 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2001b), os guarda-corpos deste acesso poderiam ser de barras de suporte com guia de balizamento ou paredes de vidro temperado. Estas opções deixariam este módulo esteticamente mais apresentável e continuaria atendendo às especificações legais.

Figura 4 – Rampa de acesso da Biblioteca



Fonte: Arquivo pessoal.

Descrição: Fotografias de rampas de acesso. A fotografia à esquerda, a rampa é vista de baixo para cima, tendo gramado embaixo, paredes claras com corrimãos escuros e, ao fundo, paisagem com céu nublado e árvores. A fotografia à direita mostra a rampa vista lateralmente de cima, com piso cinza escuro, faixas



de sinalização no piso amarelas, paredes claras e corrimãos escuros. Ao fundo, vista do prédio da Biblioteca.

Quanto as características da sinalização visual nas portas e paredes de vidro, a NBR 9050:2020 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021) estabelece:

- a) a sinalização deve ser contínua, composta por uma faixa com no mínimo 50 mm de espessura, instalada a uma altura entre 0,90 m e 1,00 m em relação ao piso acabado.
- b) nas portas das paredes envidraçadas que façam parte de rotas acessíveis, deve haver faixa de sinalização visual emoldurando-as, com dimensão mínima de 50 mm de largura, conforme Figura 88, ou outra forma de evidenciar o local de passagem.

Na Figura 5 verifica-se que, apesar de emoldurada, as portas de acesso à Biblioteca não possuem as faixas sinalizadoras:

Figura 5 – Porta de vidro para acesso à Biblioteca sem faixas sinalizadoras



Fonte: Arquivo pessoal.

Descrição: Fotografia de entrada da Biblioteca com porta envidraçada com molduras pretas sem faixas de sinalização. Em primeiro plano, chão acinzentado com piso tátil azul. Ao fundo, paisagem composta por paredes nas laterais e gramado com árvores.

Verificou-se que, dentre o mobiliário, não há assentos exclusivos para pessoas obesas. Infere-se que todas as cadeiras disponíveis atendem a legislação para pessoas obesas ou que não foi adquirido mobiliário para esse público. Uma observação é relacionada ao novo mobiliário, poisas mesas anteriores de uso público possuíam cantos arredondados. Já o novo mobiliário, infelizmente, possui quinas pontiagudas, conforme Figura 6. No desenho universal, as quinas devem ser esquecidas, a fim de se evitar acidentes (Gabbrilli, 2007).

Figura 6 – Mobiliário atual da Biblioteca



Fonte: Arquivo pessoal.

Descrição: Fotografias de mobiliário atual da Biblioteca. A fotografia à esquerda contém mesa retangular clara, com pés escuros sobre piso acinzentado. As cadeiras são azuis escuro, com encosto e pés pretos e, ao fundo, há mais mesas e cadeiras. A fotografia à direita contém mesa no formato de trapézio, de cor clara com pés cinza sobre piso acinzentado. As cadeiras são azuis com pés pretos e, ao fundo, há mais mesas e cadeiras.

Outra evidência constatada é a não disponibilidade de mobiliário infantil. Nas instituições de ensino superior, tanto entre servidores (docentes e técnicos-administrativos) quanto entre discentes, há grande parcela de leitores/usuários em maternidade/paternidade. Dentre as comodidades não disponíveis, constata-se a inexistência de equipamento do tipo fraldário nos banheiros, tanto de uso comum quanto para pessoas com deficiência. Também, seria interessante um espaço infantil com livros e brinquedos para este público enquanto pais e responsáveis permaneçam na Biblioteca.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das premissas do desenho universal é a participação coletiva na elaboração de novos produtos, serviços e ambientes. Com diversidade de visões de mundo e contemplando-se diferentes necessidades viabiliza-se, assim, um espaço com infraestrutura, novos produtos e oferta de serviços adequados que garantam à biblioteca um ambiente de troca, mantendo o leitor dentro da biblioteca (ADRIANO, 2008).

Esta breve avaliação das instalações de uma Biblioteca Universitária recém revitalizada indica que, infelizmente, o conceito de desenho universal não foi aplicado no projeto da reforma. Apesar da legislação e normalizações indicarem a obrigatoriedade de elementos de acessibilidade, estes também foram ignorados na elaboração e execução do projeto. Essa constatação, infelizmente, corrobora a afirmação de que “As bibliotecas são exemplos de espaços onde o direito a acessibilidade ainda não é uma realidade” (BEZERRA *et al.*, 2011, p. 1).

Indica-se, como possibilidade de continuidade deste trabalho, o aprofundamento desta avaliação com análise da aplicação das normas e legislação através de questionários e/ou formulários para esta finalidade. Também, um estudo mais ampliado indicando quais melhorias e adequações devem ser aplicadas nesta Biblioteca. As deficiências na execução do projeto podem comprometer tanto o acesso



quanto a permanência de parte do público da Biblioteca. Atualmente, as Bibliotecas necessitam atender as necessidades dos diversos públicos, pois, não deixando ninguém para trás, com acesso, permanência e consequente satisfação, os leitores contribuíram com nosso *advocacy* de todo dia.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, R. **Biblioteca universal**. 2008. Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br/biblioteca-universal/>. Acesso em: 02 set. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14718:2001**: Guarda-corpos para edificação. Rio de Janeiro, ABNT, 2001a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077:2001**: Saída de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2020**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
- BEZERRA, N. A. *et al.* A Biblioteca Universitária na proposta do Desenho Universal: um diagnóstico do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10231/1/2011_eve_nabezerra.pdf. Acesso em: 03 set. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.
- GABRILLI, M. **Desenho universal**: um conceito para todos. 2007. Disponível em: <https://maragabrilli.com.br/publicacoes/desenho-universal-2007/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- SILVA, R. A. R.; BORTOLIN, S. Biblioteca escolar acessível: princípios do desenho universal. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2016, Londrina. **Anais...** Londrina, 2016. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/284/143>. Acesso em: 02 set. 2024.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Desenho Universal**: eliminação de barreiras físicas arquitetônicas. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://portal.bu.ufsc.br/servicos/fala-biblioteca/desenho-universal-eliminacao-de-barreiras-fisicas-arquitetonicas/>. Acesso em: 02 set. 2024.